

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

→ continuação

Aos Administradores e Acionistas da

Caixa Vida e Previdência S.A.

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e previdência complementar	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.8 e 13, a Companhia mantém provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguro e de previdência complementar nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Como parte do processo de mensuração de certas provisões técnicas, tais como a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e do teste de adequação de passivo é requerido julgamento profissional relevante na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: expectativa de sinistros, longevidade, persistência e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e as provisões técnicas (PSL e IBNR) como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvido na determinação das metodologias de cálculo e definição das premissas.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: <ul style="list-style-type: none"> (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL) e teste de adequação dos passivos. (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: <ul style="list-style-type: none"> - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PSL), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (iv) testes de integridade e precisão das bases de dados que contêm as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, por meio do confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis; bem como testes de precisão dos sinistros avisados e pagos por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e, (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.18, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS2 Vida e Previdência S.A. (Companhia) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A XS2 Vida e Previdência S.A. foi constituída como seguradora em 28 de agosto de 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado em 29 de agosto de 2018 entre a Caixa Econômica Federal (CEF), a Caixa Seguridade Participações S.A., a CNP Assurances S.A. e, como interveniente, a Caixa Seguros Holding S.A., conforme aditado e consolidado em 19 de setembro de 2019 (Acordo de Associação), por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria que irá explorar, de forma exclusiva ou preferencial, conforme o caso, a distribuição, promoção, oferta e venda de produtos de

seguro de vida, seguro prestamista e previdência na rede de distribuição da CEF. O início da comercialização dos produtos aconteceu em janeiro de 2021, sendo assim, os números apresentados não são comparativos. Os ativos financeiros da Companhia, no exercício de 2021, alcançaram o patamar de R\$ 2,66 bilhões, o que representa um crescimento de 233% em relação ao valor de R\$ 800,1 milhões atingido no ano anterior. Destaca-se ainda o estoque de reservas técnicas da Companhia que, ao final deste exercício, alcançou o patamar de R\$ 2,46 bilhões.

No final do último exercício, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 7,74 bilhões, 0,8% inferior aos R\$ 7,80 bilhões obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia encerrou o exercício com prejuízo líquido de R\$ 5,42 milhões e prêmio ganho no exercício atual foi de R\$ 510,90 milhões. O resultado financeiro alcançado no final do exercício foi de R\$ 98,79

milhões.

Considerações finais e agradecimentos

A XS2 Vida e Previdência S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas. Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é garantir proteção no presente e qualidade de vida no futuro a cada família brasileira.

A Companhia reconhece também o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, bem como o apoio e a dedicação de nossos parceiros em outras instâncias sociais.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		1.464.149	800.180	CIRCULANTE		956.681	144
Disponível		36.846	92	Contas a pagar	10	39.412	144
Caixa e bancos		36.846	92	Obrigações a pagar	10.1	13.386	89
Aplicações	5	1.088.754	800.058	Impostos e encargos sociais a recolher		3.515	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	60.544	–	Encargos trabalhistas		5.786	–
Prêmios a receber	6.1	60.495	–	Impostos e contribuições	10.2	12.977	23
Operações com resseguradoras		49	–	Outras contas a pagar	10.3	3.748	32
Ativos de resseguro e retrocessão		5	–	Débitos de operações com seguros e resseguros	11	171.041	–
Títulos e créditos a receber		14.103	30	Prêmios a restituir	11.1	29	–
Títulos e créditos a receber	7.1	12.854	–	Corretores de seguros e resseguros	11.2	126.342	–
Créditos tributários e previdenciários	7.2	1.109	30	Outros débitos operacionais	11.3	44.670	–
Outros créditos		140	–	Depósitos de terceiros	12	22.672	–
Custos de aquisições diferidos	8	263.897	–	Provisões técnicas - seguros	13	723.557	–
Seguros		263.897	–	Pessoas		723.557	–
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.977.366	7.000.000	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.744.303	–
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.256.868	–	Provisões técnicas - seguros	13	1.743.621	–
Aplicações	5	1.575.265	–	Pessoas		1.743.621	–
Títulos e créditos a receber		46.701	–	Outros débitos	16	682	–
Créditos tributários e previdenciários	7.2	46.701	–	Provisões judiciais		682	–
Custos de aquisição diferidos	8	634.902	–	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	7.740.531	7.800.036
Seguros		634.902	–	Capital social	17.1	7.800.000	30.000
Imobilizado		196	–	Aumento de capital (em aprovação)	17.1	–	7.770.000
Bens móveis		196	–	Reservas de lucros	17.2	36	36
Intangível	9	6.720.302	7.000.000	Ajuste de avaliação patrimonial		(54.083)	–
Outros intangíveis		6.720.302	7.000.000	Prejuízos acumulados		(5.422)	–
TOTAL DO ATIVO		10.441.515	7.800.180	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.441.515	7.800.180

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital social	Aumento (Redução) capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	–	–	–	–	–
Integralização de Capital: AGE de 28.08.2020	30.000	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital em aprovação: AGE de 17.12.2020	–	7.770.000	–	–	–	7.770.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	125	125
Distribuição do resultado:						
Reserva legal (Nota 17.2.a)	–	–	6	–	(6)	–
Dividendos (Nota 17.3)	–	–	–	–	(89)	(89)
Reserva de lucros	–	–	30	–	(30)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	7.770.000	36	–	–	7.800.036
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 7.778 de 14.03.2021	7.770.000	(7.770.000)	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(54.083)	–	(54.083)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(5.422)	(5.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.800.000	–	36	(54.083)	(5.422)	7.740.531

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A XS2 Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), foi constituída em 28 de agosto de 2020, com prazo de duração por tempo indeterminado e está sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SAUS Quadra 03, Bloco E, 3º andar - Sala 301, Parte B, CEP 70070-030. A Companhia é controlada direta pela Holding XS1 S.A. e indiretamente pelo grupo segurador francês CNP Assurances.

A Companhia tem por objeto a exploração de operações de seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta, podendo aceitar riscos em retrocessão e participar do capital social de outras sociedades relacionadas ao seu objeto social. A autorização para exploração das operações de seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta em todo o território nacional foi publicada pela Portaria SUSEP nº 7.694 em 27 de outubro de 2020.

Em 04 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos do ramo de vida e prestamista na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balço CAIXA"), conforme o acordo de distribuição firmado em 30 de dezembro de 2020 entre os acionistas de sua controladora indireta, CNP Assurances e Caixa Seguridade Participações S.A.

O acordo regula, dentre outros pontos o direito de acesso exclusivo pela Companhia e qualquer outra futura subsidiária direta e indireta de sua controladora direta, à rede de distribuição da Caixa Econômica para a distribuição dos seguros de vida, prestamista e produto de previdência.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Circular SUSEP nº 517/15 (revogada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, que entra em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras anuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das

políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi efetuada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

2.2. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e bancos

São considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudam no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as

continua →